

1ª Convenção sobre
“Resolução Alternativa de Litígios (RAL)”

Os Julgados de Paz – Justiça de Proximidade

A JUSTIÇA DE PROXIMIDADE DOS JULGADOS DE PAZ
NA PERSPECTIVA DE SISTEMA EXTRAJUDICIAL DE JUSTIÇA E DE
POSSÍVEL VERTENTE JURISDICIONAL DA C.P.L.P.

J.O. Cardona Ferreira *¹

I. A temática desta *Convenção – Conferência – Encontro*, desde logo na parte que me toca, daria para longo, longo tempo de reflexão.

E dá.

Mas tenho de ser muito breve na exposição.

Mia Couto, no seu jeito de enriquecer a língua que é a essência cultural que une a C.P.L.P., escreveu que “ a pessoa é uma *humanidade individual*”².

É uma frase com uma incontornável leitura humanista de *globalidade pessoal* mas, além do mais possível, com uma mensagem de solidariedade centrada em todos e em cada um simultaneamente.

Assim a Justiça.

O sentimento do justo significa que somos, todos, mais ou menos afectados pela possibilidade de serem resolvidos, ou não, *pela força da Justiça – mais do que pela força da Lei* - os conflitos em que cada Cidadão se veja envolvido.

Em 1996, numa Conferência internacional, defendia, eu, que os Tribunais são os Garantes dos Direitos dos Cidadãos.

Mantenho essa perspectiva, mas alargó-a.

Para mim é, hoje, claro que a solidariedade que deve estar na base da Justiça, - solidariedade para com o injustiçado, normalmente o mais fraco mas, também, e por estranho que pareça, para com a vertente humana do infractor – essa solidariedade, ao serviço da Justiça, deve ser o leit-motiv da acção das instituições ditas Tribunais e de todas quantas se assumam como servidoras da Justiça.

Só depois daquela Conferência de 1996 tive oportunidade de ler *O Guardador de Promessas*, de Antoine Garapon.

E aquilo que ia sendo, já há demasiado tempo, progressivo desencanto nebuloso no meu espírito verificou-se.

O formalismo e a burocratização *despersonalizantes* do Sistema Comum de Justiça eram os “culpados” da célebre frase – tão malfadadamente actual! – do Infante D. Pedro ^{*3} que, no princípio do século XV, escrevera, entre o mais: “... aqueles que tarde vencem ficam vencidos”. E, isto, apesar do muitíssimo que se trabalha na generalidade dos Tribunais Comuns e de, ali, haver Juizes muito dedicados e sabedores. Só que há paredes formais verdadeiramente bloqueadoras. Podem ser “tigres de papel”. Mas, sendo “de papel”, a vida vem

¹ - Ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

² - Cada Homem É Uma Raça

³ - O que a *vilanagem* mataria em Alfaborreira

demonstrando que têm a força de autênticos tigres dificílimos de enfrentar, quanto mais de vencer...

E, hoje, desde textos internacionais ao excelente art.º 20.º da Constituição da República Portuguesa, proclama-se o direito cívico fundamental à Justiça, *essencial* em Democracia e, todavia, escasseia ainda a sua suficiente realização.

Não vou entrar em questões do foro comum porque não há tempo para tal. Só refiro que, apesar dos seus problemas, o Sistema Comum de Justiça é e continuará, sem dúvida, a ser a espinha dorsal dos Sistemas de Justiça. Mas deverá ser verdadeiramente *refundado*. Já o deveria ter sido.

Aqui e agora, vou referir-me basicamente, às alternativas.

O Sistema Comum de Justiça é, aliás, multifacetado, abarcando os ramos jurídico--procedimentais ordinários, mormente os de carácter dito judiciário – criminal, cível, laboral – que constituem o núcleo fundamental do sistema comum, mas este abrange, ainda, sectores administrativo, fiscal, etc., com carácter geral, em todo o País ^{*4}. São a base do sistema dito tradicional, ainda que este termo me crie as mais sérias dúvidas ^{*5}. Mas, seguramente, quando se pensa em Sistemas Jurisdicionais de Justiça, a tendência é para pensar no sistema comum e, nesta medida, fundamentalmente no judicial – dir-se-ia: mais reconhecida e generalizadamente comum; a saber, como disse: penal, cível, laboral ^{*6}.

Só que, perante as extremas dificuldades (impossibilidades?) que a vida tem evidenciado, sem margem para qualquer dúvida, sobre verdadeira modificabilidade do sistema comum judiciário, as organizações internacionais, como o Conselho da Europa ^{*7} e a União Europeia ^{*8}, e inúmeros Países, viraram-se, com significativo êxito, para *sistemas alternativos de Justiça, a que chamo extrajudiciais, na medida em que não são judiciais e abarcam temáticas substantivas idênticas* ^{*9}.

Aliás, sistemas extra-judiciais de Justiça, com uma ou outra conformação, conforme as circunstâncias próprias sociológicas, existem, praticamente, por todos os cantos do Planeta. A questão é, apenas, de enquadramento jurídico como factor de garantia dos Direitos Humanos Fundamentais ^{*10}.

Ora, os sistemas extra-judiciais de Justiça – isto é, abrangentes das temáticas substantiva do judicial, mas sem os formalismos e os ritualismos deste – têm como base essencial a chamada *Proximidade*.

Não posso deixar de referenciar que todas estas problemáticas só podem ser reflectidas, de uma forma ou de outra, conhecendo. *Não se pode gostar do que não se conhece* e, designadamente o homem português, é muito, diria,

⁴ - Sobre a problemática da jurisdicionalidade comum e da jurisdicionalidade judicial, v.g., Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 3º ed., 814, 821, 826, especialmente em anotação ao, então, art.º 219.º da C.R.P., *hoje* art.º 217.º.

⁵ - Obviamente, os Povos deste País não ficaram à espera dos chamados Juizes de Fora aparecidos, aliás “esporadicamente”, neste ou naquele município, no séc. XIV (Marcelo Caetano, História do Direito Português, 375), para terem o seu sistema de Justiça, de raiz local e popular, reconhecido em forais, enquanto o Sistema dos Juizes de Fora, de nomeação régia, levou a reclamações dos Povos, do que serve de exemplo o que ocorreu nas Cortes de Lisboa de 1352 (Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque, História do Direito Português, I, 574).

⁶ - Por exemplo, Lei n.º 3/99, de 13.01, da organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais.

⁷ - Só a título de exemplo, entre tantas outras possíveis: Recomendação n.º R (86) 12, do Comité de Ministros, de 16.09.1986; Recomendação Rec. (2001) 9, do Comité de Ministros, de 05.09.2001.

⁸ - Por todos os exemplos possíveis: art.º III 269.º n.º 2 g) do Tratado Constitucional.

⁹ - Veja-se, designadamente, a Decisão-Quadro da U.E. (do Conselho), de 15.03.2001, acerca, em especial de mediação em Justiça Restaurativa Penal, a efectivar, nos Estados-Membros, até Março de 2006, baseada em iniciativa da República Portuguesa.

¹⁰ - Armando Marques Guedes, Sub Júdice n.º 25, 21.

“tomésiano” – passe o aparente neologismo! – necessita de ver para crer*¹¹. Aconteceu que, era eu Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, tive oportunidade de ver um Juizado Especial brasileiro, no Nordeste, a funcionar e fiquei maravilhado, do que dei testemunha numa intervenção que tive o gosto de fazer, na Assembleia da República, em Maio de 2000.

Que vem a ser a Justiça de Proximidade? Num projecto de Lei orgânica dos *Juges de Proximité*, em França, disse-se, traduzo: “Esta exigência permite uma Justiça fundada, simultaneamente, na apreciação concreta dos factos, essencial à noção de proximidade, mas também garantida por uma qualificação jurídica adaptada”*¹².

Por sua vez, o Presidente da Cour de Cassation da República Francesa, Guy Canivet, a propósito de o Juiz e da Procura da Solução do Conflito, faz apelo a Platão e à sua ideia segundo a qual quem tivesse um conflito, deveria procurar solução junto de vizinhos, de amigos, de quem conhecesse os factos, antes de ir a Tribunal*¹³.

Curiosamente, a grande relevância dos Juizes de Paz, em Portugal, no pós-vitória do liberalismo, levou a que ninguém pudesse ir aos Tribunais Judiciais sem prévia tentativa de conciliação junto de Juizes de Paz*¹⁴.

Tenho para mim que a procura fundamental do facto revela uma especial atenção à *Justiça do caso concreto*, mais do que às abstracções das leis – o que, a meu ver, deve ser, hoje, a preocupação de qualquer Juiz.

Tudo isto sem esquecer, antes privilegiando que, *para se entender a factualidade, tem de se compreender qualquer pessoa a que respeite. A vertente humana do facto* é nuclear para o entendimento do facto e do conflito. Sem isso, não há proximidade. Sem proximidade, não há Justiça restaurativa de paz. Para acabar com um conflito, não importam tanto os centímetros a que, por exemplo, a janela de um prédio urbano está de outro: importa a tranquilidade, a paz, dos utentes e dos proprietários dos prédios. *Importa a convivência, mais do que a coexistência*.

Esta é a *essência da Justiça de Proximidade: o conhecimento do facto, e neste, fundamentalmente, da vertente humana, para realização da Justiça do caso concreto*.

É a *prudência* ou arte de gerir como essência da *Jurisprudência*, como saber prático, como a praticavam os romanos*¹⁵.

De algum modo, isto encaminha-nos para um *pós-modernismo jurídico* que, designadamente, *à hetero-regulação, privilegie a auto-regulação**¹⁶

II. Que tem isto a ver com a C.P.L.P. ou com os respectivos Estados e Nações?

A meu ver, muito.

Mas, naturalmente, neste particular, falo, apenas, como cidadão lusófono*¹⁷, *profundamente crente e apoiante da C.P.L.P., aliás e sempre com todo o respeito*

¹¹ - Por isso, o Conselho dos Julgados de Paz, a que tenho o gosto de presidir, tanto tem insistido por maior e mais esclarecedora divulgação dos Julgados de Paz junto dos Cidadãos.

¹² - Projecto de Lei de 2002, que me faz lembrar o que o nosso Conselho dos Julgados de Paz tem insistido quanto à necessária formação de Juizes de Paz.

¹³ - Actas de Colóquio sobre Mediação, Valença (Espanha), 2002, citando Platão em As Leis, VI, 767, Os Tribunais.

¹⁴ - V.g. arts. 128.º e 129.º da Carta Constitucional de 1826 e Decreto n.º 24 de 1832, de Mouzinho da Silveira.

¹⁵ - António Manuel Hespanha, Cultura Jurídica Europeia Síntese de Um Milénio, 101.

¹⁶ - Idem, 345.

por quaisquer opções dos Órgãos de Soberania dos Estados e dos Órgãos próprios da C.P.L.P..

A actuação que tive enquanto Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal permitiu-me dar ênfase à minha postura, que já vinha do passado e se mantém, de apoiante da C.P.L.P. e de convicto de que é possível e desejável a sua revitalização. Bem sei que, se “eu sou eu e as minhas circunstâncias”^{*18}, isto também é verdade para as instituições. Só que, tantas vezes, devemos mais tentar criar as circunstâncias do que estar à espera que aconteçam. Em verdade, *esperar não quer dizer, necessariamente, ficar à espera*.

Li as Constituições, dos Estados membros da C.P.L.P., especialmente no que concerne à Justiça^{*19}.

Nada encontrei contrário aos Sistemas Extrajudiciais de Justiça São particularmente interessantes, *por exemplo*, o art.º 125.º da Constituição Angolana; o art.º 98.º da Constituição Brasileira; o art.º 209.º da Constituição Cabo-verdiana; o art.º 122.º da Constituição Guineense; o art.º 171.º da Constituição Moçambicana; o art.º 107.º da Constituição Santomense; o art.º 123.º da Constituição Timorense^{*20}. *Quanto à portuguesa, cito os arts. 202 n.º 4, 209 n.º 2 e 217 n.º 3.*

Para além do importante passo histórico que foi a criação da C.P.L.P., devo referir a criação da Associação de Juristas dos Países de Língua Portuguesa, a A.D.J.U.S., de que tenho o gosto de ser um dos fundadores, em cujo seio tem sido defendida, inclusive (mas não só) por mim próprio, a desejável existência de textos normativos básicos, código-tipo – do género do Projecto de Código Tipo Processual Civil feito para a América Latina.

Tudo isto significa duas apostas^{*21}:

Por um lado, creio que seria possível *dinamização e aproximação*, nos vários Países da C.P.L.P., de instituições do tipo sistemas extrajudiciais de Justiça. Para além da significativa legislação brasileira, mormente sobre Juizados Especiais, tanto estaduais (Lei 9099, de 26.09.1995), como federais (Lei 10259, de 16.07.2001), tenho notícia, designadamente, de que, se bem creio, Moçambique aprovou legislação, em especial, sobre Arbitragem e Mediação e, em Cabo Verde, onde houve uma experiência significativa sobre os chamados Tribunais de Zona, julgo saber que há estudos sobre Sistemas Alternativos; eu próprio recebi e conversei, sobre o assunto, há alguns meses, com uma Juíza caboverdiana.

Por outro lado, creio desejável que, *no âmbito institucional da C.P.L.P.*, haja uma vertente jurisdicional, que bem pode ser – ou também ser – de carácter extrajudicial, Arbitral ou do tipo Julgados de Paz^{*22}. É minha convicção que uma vertente de natureza jurisdicional não é só um *signal de vitalidade*, como pode ser *útil* na interpretação normativa comum, como na solução harmoniosa de

¹⁷ - Sobre o sentido de cidadão lusófono, v.g., Lei de Cabo Verde n.º 36/V/97, de 25.02; textos meus sobre o Estatuto Jurídico de Lusofonia in STVDIA IVRIDICA 68, colloquia 10, do BFDUC.; e in Justiça & Cidadania de O Primeiro de Janeiro de 31.12.2001, XV.

¹⁸ - Ortega Y Gasset

¹⁹ - Claro que a Constituição da República Portuguesa, não só a li, mas releio-a constantemente porque entendo que deve ser o “livro de cabeceira” dos portugueses, pelo menos dos que, dela, falam.

²⁰ - Refiro-me, naturalmente, aos últimos textos que conheço, sem que me tenha apercebido de eventuais alterações posteriores.

²¹ - Apostas ambiciosas, dir-se-á. Sou o primeiro a reconhecê-lo. Mas ambições como estas, creio que são positivas. E, se me disserem que são *utopia*, direi que uma tal *utopia não é o impossível, é o que ainda não foi possível*.

²² - Tiveram esta linha dois textos que escrevi e foram publicados em África Lusófona: C.P.L.P.: e Ainda o Tempo por Achar. Necessidade de Vertente Judiciária; e C.P.L.P., Sociedade Civil e Julgados de Paz.

questões que respeitem à C.P.L.P., a Estados membros ou a cidadãos de Estados membros. Haja em vista, a grande relevância do Tribunal de Justiça na consolidação da União Europeia*²³

III. Para terminar, uma brevíssima nota.

Vejo como um sinal muito positivo a realização desta 1ª Convenção RAL (Resolução Alternativos de Litígios), o âmbito que tem, a presença de pessoas tão ilustres, o Projecto de Rede de Centros de Conciliação e Mediação de Conflitos no Espaço de Língua Portuguesa, a projectada Assinatura de Protocolo entre o Centro de Estudos de Conflito (C.E.C.) e a Fundação Presidente Joaquim Chissano. Parabéns aos Organizadores

São tudo sinais importantes da assunção da Justiça como vertente incontornável da Cidadania; e clara *aurora* de que se antevê, genericamente, a Justiça própria do século XXI.

Aplaudo e, parafraseando José Régio, diria que, por mim, sei por onde vou, sei que vou por aí

Muito obrigado

02.06.2005

Jaime Octávio Cardona Ferreira

²³ - V.g. art.º III 369 do Tratado Constitucional.